


# A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MULTIDISCIPLINARES: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4181125060313>

Data de aceite: 10/04/2025

### Adriano Silva Rodrigues

Mestrando em direito: Processos e Efetivação da Justiça e dos Direitos Humanos, Universidade católica de Petrópolis (PPGD/UCP). Especialização em criminologia e Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2024). Graduação em Direito pela Faculdade Estácio de Sá, Rio de Janeiro <https://lattes.cnpq.br/7751034105063406> <https://orcid.org/0009-0007-0880-8046>

envolvidos em sua adoção. Conclui-se que a utilização responsável da IA pode ser um catalisador para uma administração pública mais eficiente, inclusiva e alinhada aos princípios democráticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** inteligência artificial; políticas públicas; gestão pública; direitos sociais; administração pública; inovação tecnológica.

## INTRODUÇÃO

**RESUMO:** O presente artigo analisa a integração da inteligência artificial (IA) na gestão pública brasileira, com foco em seu impacto na formulação e implementação de políticas públicas multidisciplinares voltadas à efetivação de direitos sociais. Partindo de uma abordagem teórica fundamentada na obra de Eduardo Marques e em estudos recentes sobre IA no setor público, o trabalho evidencia o potencial transformador dessa tecnologia na modernização do Estado. Através de revisão sistemática da literatura, examinam-se os benefícios da IA — como automação de processos, otimização de recursos e aumento da transparência — bem como os desafios éticos, estruturais e regulatórios

As políticas públicas constituem um campo multidisciplinar por excelência, integrando saberes de áreas como sociologia, economia e gestão pública, para atender às demandas sociais de maneira eficaz<sup>1</sup>. A obra de Eduardo Marques enfatiza que essa abordagem integrada é essencial para compreender e resolver problemas complexos, garantindo que as políticas sejam inclusivas e eficazes. No contexto atual, a inteligência artificial (IA) surge como uma ferramenta inovadora, capaz de transformar a formulação, implementação e monitoramento dessas políticas, ampliando suas possibilidades e seu impacto social.

1. MARQUES, Eduardo. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

A integração de IA no setor público emerge como um dos avanços mais notáveis na gestão governamental contemporânea, especialmente no Brasil<sup>2</sup>. Sua adoção promete revolucionar desde a formulação e avaliação de políticas públicas até o aprimoramento do atendimento ao cidadão. Este estudo explora como essa tecnologia pode ser integrada às administrações públicas brasileiras, otimizando processos e elevando a qualidade dos serviços prestados à população.

O uso da IA no setor público é vital devido ao seu potencial para aumentar a eficiência operacional, reduzir custos e melhorar a qualidade das decisões por meio da análise de grandes volumes de dados<sup>3</sup>. A IA fornece soluções inovadoras para desafios persistentes em setores críticos como saúde, educação, segurança e gestão de recursos, frequentemente limitados por restrições orçamentárias e pela crescente demanda. Portanto, sua exploração transcende o status de oportunidade tecnológica, tornando-se uma necessidade urgente para a administração pública brasileira<sup>4</sup>.

Adicionalmente, é crucial analisar o impacto da IA no planejamento estratégico e na formulação de políticas públicas no Brasil, garantindo uma utilização ética e transparente. Isso requer uma avaliação cuidadosa dos benefícios, bem como dos desafios éticos, regulatórios e técnicos, assegurando que o uso da IA esteja alinhado aos princípios democráticos e ao respeito pelos direitos humanos<sup>5</sup>.

Este artigo tem como objetivo geral investigar o potencial da IA como ferramenta para otimizar a eficácia e a eficiência da gestão pública no Brasil. Ele busca examinar suas aplicações, benefícios e desafios na melhoria de processos e na formulação e avaliação de políticas públicas. Os objetivos específicos incluem: (1) explorar o uso da IA no setor público e avaliar sua aplicabilidade no contexto brasileiro; (2) identificar os impactos da implementação da IA no planejamento estratégico e na formulação de políticas públicas brasileiras, com foco em eficiência, transparência e inovação; e (3) analisar os desafios éticos, legais e tecnológicos que influenciam sua adoção na gestão pública<sup>6</sup>.

Com base no estudo de Eduardo Silva Vasconcelos e Fernando Augusto dos Santos sobre as oportunidades e desafios da IA, e na perspectiva multidisciplinar defendida por Eduardo Marques, este artigo propõe caminhos para integrar tecnologia e abordagem teórica, promovendo a modernização da gestão pública e a efetivação de direitos sociais<sup>7</sup>.

---

2. BARROS, A.; OLIVEIRA, M. Políticas de fomento e o papel da inteligência artificial na modernização do setor público. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024.

3. SILVA, M.; ROCHA, F. A revolução da inteligência artificial na gestão pública: um panorama brasileiro. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024.

4. CARVALHO, J.; NETO, L. O impacto da inteligência artificial na gestão pública: desafios éticos e econômicos. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.21, n.4, p. 50-72, 2020.

5. *Ibidem*

6. FERREIRA, S.; OLIVEIRA, T. Regulamentação ética da inteligência artificial: desafios legais para o Brasil. *Revista Direito e Sociedade*, Brasília, v.28, n.6, p. 78-99, 2022.

7. MENDES, C.; FERREIRA, L. Ética e privacidade na inteligência artificial: implicações para a administração pública. *Revista Gestão e Tecnologia no Setor Público*, Belo Horizonte, v.27, n.5, p. 65-87, 2019.

## METODOLOGIA

A metodologia empregada para alcançar os objetivos deste estudo é a revisão sistemática da literatura, escolhida devido à sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e estruturada sobre um campo de estudo específico, neste caso, a intersecção entre inteligência artificial e gestão pública. A revisão sistemática permitirá identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas relevantes disponíveis relacionadas ao uso de IA na gestão pública.

## RELEVÂNCIA DO TRABALHO

Este trabalho se destaca por sua relevância e inovação ao explorar a aplicação da inteligência artificial na gestão pública brasileira, um campo ainda pouco explorado e com potencial significativo para transformação. Focando na integração da IA em práticas de gestão, planejamento estratégico e formulação de políticas públicas, esta pesquisa não apenas responde a uma necessidade emergente de modernização e eficiência no setor público, mas também enfrenta os desafios éticos e estruturais que acompanham a adoção de tecnologias avançadas. Utilizando uma abordagem rigorosa de revisão sistemática da literatura, este trabalho oferece uma análise detalhada e atualizada das iniciativas tanto globais quanto nacionais, fornecendo insights valiosos que podem orientar futuras implementações e políticas. Assim, o trabalho contribui significativamente para a literatura acadêmica e para a prática administrativa, posicionando-se como um recurso essencial para a adoção responsável e eficaz de soluções baseadas em IA no contexto público brasileiro, alinhando inovação tecnológica com benefícios sociais e desenvolvimento sustentável<sup>8</sup>.

Portanto, a relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de contribuir significativamente para a literatura existente, oferecendo insights profundos sobre a aplicação de tecnologias avançadas na gestão pública e inspirando políticas inovadoras que podem redefinir fundamentalmente a administração pública no Brasil.

## POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAMPO MULTIDISCIPLINAR

No atual momento em que passamos e com um olhar a nível global devemos refletir se estamos progredindo ou regredindo, mesmo com tanta tecnologia permitindo que cada vez mais tenhamos comodidade em algumas tarefas, facilidade de comunicação, efetivação de direitos, promoção dos mesmo e mesmo assim nos deparamos com guerras, torturas, trabalho escravos, fome, desigualdades sociais que poderia diminuir da mesma velocidade do incremento tecnológico em nosso mundo.

---

8. BARROS, A.; OLIVEIRA, M. Políticas de fomento e o papel da inteligência artificial na modernização do setor público. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024.

A partir dessa reflexão podemos passar para um olhar para no que se diz respeito as políticas públicas, saber como poderá ser feita uma integração das mais variadas disciplinas para formular e aumentar essas ações estatais. Assim o autor Eduardo Marques<sup>9</sup> em sua obra “A Política Pública como Campo Multidisciplinar”, começa por tentar humildemente o que seria a própria política pública, partindo da ideia de que é um conjunto de ações implementada pelo Estado e pelas autoridades governamentais em sentido amplo e que, portanto, para estudar esse campo é preciso analisar “porquê e como o Estado age”, dadas as condições que o cercam.

O estudo foi importante para que se tivesse uma separação dentre as literaturas narrativas e analíticas para que o campo de análise fosse aprimorado, sistematizando o estudo para a melhor eficiência. Assim o estudo ainda revela que se deve levar em conta pelo menos mais dois tipos de causalidade em que existe dentro das políticas públicas, pois esses é que vão levar o sucesso ou não. A primeira é a causalidade estrutural; relacionada às condições institucionais, legais e organizacionais que moldam a formulação e implementação das políticas. A segunda, causalidade operacional, é associada aos mecanismos e processos específicos que determinam o sucesso ou fracasso das ações públicas. Isso ajuda a compreender como políticas públicas são moldadas e por que algumas alcançam seus objetivos enquanto outras falham<sup>10</sup>.

O estudo faz apontamento de três pontos (barreiras) que são importantes para o repensar das políticas públicas no País a primeira é a formação barreiras burocráticas aponta que a burocratização excessiva compromete a implementação das políticas públicas. A estruturação em gabinetes, ministérios e secretarias, aliada à dependência entre os poderes Legislativo e Executivo, cria um ambiente de rigidez institucional que dificulta a tomada de decisões ágeis e eficazes. Em segundo lugar os formatos dos efeitos das instituições sobre as políticas públicas, a influência das instituições sobre as políticas públicas é muitas vezes acompanhada de agendas políticas que priorizam debates e interesses que nem sempre refletem as necessidades sociais. Esse formato tende a limitar a abrangência das políticas, subordinando-as a contextos institucionais específicos e em terceiro lugar é a implementação dessas políticas, assim destaca que o funcionamento do Estado, incluindo sua capacidade administrativa e gerencial, tem um impacto direto na implementação e nos resultados das políticas. A implementação é frequentemente prejudicada pela falta de coordenação, recursos inadequados e baixa capacidade técnica.

O estudo faz com que seja repensado o modo como políticas públicas são formuladas e executadas, sugerindo que, para superar essas barreiras, é fundamental adotar uma visão interdisciplinar e analítica, capaz de integrar diferentes campos do saber e de abordar a complexidade das dinâmicas sociais e políticas. Assim o foco não seria somente em umas políticas públicas mais eficiente, mas também permite que o Estado, por meio de ações bem planejadas, atenda de forma mais eficaz às demandas sociais. Além disso, a abordagem proposta por Marques enfatiza que as políticas públicas devem ser adaptativas, ajustando-se às realidades locais e promovendo soluções equitativas e sustentáveis.

9. MARQUES, Eduardo. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

10. *Ibidem*

Para o autor as políticas públicas não podem ser tratadas como um campo isolado elas precisam portando se integrar para que se obtenha uma maior efetividade em relação a otimizar diagnósticos precisos da realidade social e econômica, utilizando ferramentas da sociologia e da economia. Assim poder planejar e ter uma execução mais eficaz como fundamento da gestão pública visando garantir que os resultados sejam inclusivos e atendam às expectativas da sociedade.

O estudo se deu em um determinado lapso temporal de 10 anos que servirá para uma análise de como as políticas públicas foram implantadas para a ajuda cumulativa de melhoramento das ações do Estado.

## **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

A realidade da sociedade atual é que a Inteligência Artificial (IA) é o futuro/presente e é a realidade, deve ser entendida como uma aliada para que tenhamos um desempenho satisfatório e regulamentado em nossa legislação. O uso consciente é o ponto chave para a questão, saber utilizar o seu potencial na gestão pública brasileira, destacando tanas oportunidades quanto os desafios para a sua implementação é a saída mais adequada.

A integração da IA em serviços públicos tem se mostrado uma tendência que só aumenta, essa transformação no campo multidisciplinar é uma realidade e que não há espaço para dúvidas deque a IA não ajudar, o mais apropriado no atual momento é saber até quando pode ser utilizada e até onde vai o seu alcance sem a interferência na tomada de decisão final do órgão.

## **A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: SETOR PÚBLICO E SEU DESAFIOS E PROGRESSOS**

No Brasil há uma etapa que pode ser crucial para que a IA possa ser implantada de forma eficaz, estamos falando de estruturais para eu o uso seja uma realidade. O uso dessa tecnologia mesmo prometendo transformações significativas deve vir amparada de uma estrutura que possa transmitir segurança a todos os usuários<sup>11</sup>.

Mesmo com todos esses desafios já parece que na administração Pública a IA é tida como aliada, pois visa uma maior eficiência e capacidade de resposta às demandas da população, ainda mais nas questões como saúde, educação e segurança.

Há também alguns desafios a serem superados podemos citar:

**INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS;** podemos afirmar que grandes partes das instituições públicas no Brasil carecem de uma infraestrutura tecnológica robusta, como hardware avançados, redes de alta velocidade e sistemas seguros de armazenamentos de dados<sup>12</sup>,

11. FERREIRA, S.; OLIVEIRA, T. Regulamentação ética da inteligência artificial: desafios legais para o Brasil. *Revista Direito e Sociedade*, Brasília, v.28, n.6, p. 78-99, 2022.

12. COSTA, P.; LIMA, R. Capacitação e infraestrutura como pilares da transformação digital no governo. *Revista de*

**BARREIRAS CULTURAIS:** resistência por partes dos servidores públicos, que podem temer pela sua substituição de emprego pela automação e há também a desconfiança da população em relação as tomadas de decisão, principalmente em áreas sensíveis como saúde e educação<sup>13</sup>,

**QUESTÕES ÉTICAS E DE PRIVACIDADE COM RELAÇÃO A IA:** preocupação com o uso éticos da IA e a proteção de dados pessoais do cidadão e a necessidade de regulamentação específicas e claras para o uso da ferramenta<sup>14</sup>.

**PROGRESSOS:** Embora o Brasil enfrente desafios significativos na integração de inteligência artificial (IA) no setor público, avanços notáveis demonstram o potencial transformador dessa tecnologia. Entre os principais progressos estão:

**POLÍTICAS DE FOMENTO:** O governo brasileiro tem promovido a adoção de IA por meio de políticas de incentivo e parcerias estratégicas com instituições de pesquisa e universidades. Esses esforços visam fortalecer o desenvolvimento de soluções tecnológicas adaptadas às necessidades específicas do setor público, criando um ambiente propício à inovação<sup>15</sup>.

**COLABORAÇÕES INTERNACIONAIS:** Iniciativas de colaboração com países líderes em IA têm facilitado a transferência de conhecimento e tecnologia para o Brasil. Esses acordos internacionais enriquecem o ecossistema tecnológico nacional, permitindo que o Brasil adote melhores práticas globais e expanda as fronteiras da inovação pública<sup>16</sup>.

**PROJETOS-PILOTO:** Diversos projetos-piloto estão sendo implementados no Brasil, oferecendo evidências concretas dos benefícios da IA no setor público. Exemplos incluem sistemas de diagnóstico em saúde e programas de análise de dados para gestão pública. Esses projetos demonstram como a IA pode otimizar processos, reduzir custos e melhorar a eficiência na administração pública<sup>17</sup>.

**EQUILÍBRIO ENTRE DESAFIOS E AVANÇOS:** A Tabela ilustra a relação entre os desafios e progressos relacionados à implementação de IA no setor público brasileiro:

Aspecto	Desafios	Progressos
Infraestrutura	Falta de recursos tecnológicos avançados	Investimentos em melhorias tecnológicas
Capacitação	Escassez de profissionais qualificados	Programas de formação e capacitação contínua
Ética e Privacidade	Preocupações com a proteção de dados pessoais	Desenvolvimento de normativas e leis específicas

TABELA 1

*Políticas Públicas e Tecnologia*, São Paulo, v.19, n.3, p. 35-58, 2021.

13. BARROS, A.; OLIVEIRA, M. Políticas de fomento e o papel da inteligência artificial na modernização do setor público. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024.

14. GOMES, F.; LIMA, J. Colaborações internacionais no desenvolvimento de IA no setor público: um estudo de benchmarking. *Revista Brasileira de Gestão Pública*, Brasília, v.16, n.2, p. 89-110, 2022.

15. BARROS, A.; OLIVEIRA, M. Políticas de fomento e o papel da inteligência artificial na modernização do setor público. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024.

16. GOMES, F.; LIMA, J. Colaborações internacionais no desenvolvimento de IA no setor público: um estudo de benchmarking. *Revista Brasileira de Gestão Pública*, Brasília, v.16, n.2, p. 89-110, 2022.

17. CARVALHO, J.; NETO, L. O impacto da inteligência artificial na gestão pública: desafios éticos e econômicos. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.21, n.4, p. 50-72, 2020.

## O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A incorporação da inteligência artificial (IA) no setor público brasileiro está transformando profundamente o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas. Essa tecnologia emergente oferece oportunidades sem precedentes para otimizar operações governamentais, melhorar a prestação de serviços e aumentar a transparência na gestão pública. No entanto, sua adoção também apresenta desafios técnicos, legais e culturais que precisam ser enfrentados para garantir sua eficácia e sustentabilidade.

As políticas públicas, como destaca Eduardo Marques, são um campo multidisciplinar que exige a integração de diferentes saberes, como sociologia, economia e gestão pública, para responder às necessidades sociais de forma eficaz. Nesse contexto, a incorporação da inteligência artificial (IA) no setor público brasileiro emerge como uma ferramenta essencial para modernizar o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas. A IA oferece oportunidades inéditas para otimizar operações governamentais, melhorar a prestação de serviços e aumentar a transparência na gestão pública. Contudo, sua adoção também apresenta desafios técnicos, éticos, legais e culturais que precisam ser enfrentados para garantir sua eficácia e sustentabilidade.

A inteligência artificial está se consolidando como uma necessidade estratégica na administração pública. De acordo com Eduardo Marques, a formulação de políticas públicas exige uma abordagem que considere as estruturas sociais e a dinâmica de interação entre diferentes agentes, algo que a IA pode potencializar por meio de sua capacidade de processar grandes volumes de dados e gerar insights. Governos ao redor do mundo utilizam IA para simplificar processos burocráticos, melhorar a entrega de serviços essenciais e tomar decisões mais embasadas.

No Brasil, a aplicação de IA em áreas como saúde, educação e segurança já demonstra seu potencial transformador. Exemplos incluem a automação de triagens em hospitais e o uso de algoritmos para identificar padrões de evasão escolar. Essa capacidade de entender e atender demandas específicas amplia a eficiência administrativa e alinha as ações governamentais aos princípios de equidade e inclusão social<sup>18</sup>

A inteligência artificial (IA) tem demonstrado grande eficácia na automação de tarefas repetitivas, permitindo que funcionários públicos redirecionem seus esforços para atividades mais estratégicas e de alto impacto. Por meio da digitalização de processos e do gerenciamento automatizado de dados, sistemas de IA têm reduzido erros e acelerado significativamente os tempos de resposta nos departamentos governamentais.

Além disso, a IA se posiciona como uma ferramenta indispensável na otimização de recursos e no planejamento estratégico, especialmente em áreas críticas como a saúde pública. Algoritmos preditivos auxiliam no planejamento de equipes e na gestão de equipamentos, resultando em ganhos substanciais de eficiência operacional e economias financeiras relevantes.

18. SILVA, M.; ROCHA, F. A revolução da inteligência artificial na gestão pública: um panorama brasileiro. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024

Outra contribuição notável é a capacidade dos sistemas de IA de analisar dados em larga escala, permitindo uma alocação mais precisa e equitativa de recursos públicos. Por meio de ferramentas de aprendizado de máquina, é possível mapear necessidades regionais, identificando áreas prioritárias para intervenções governamentais, o que torna as políticas públicas mais direcionadas e efetivas.

## CONCLUSÃO

Este estudo investigou a integração da inteligência artificial (IA) na gestão pública brasileira, analisando os desafios e as oportunidades que essa tecnologia apresenta para aumentar a eficiência governamental e modernizar os processos administrativos. Como apontado por Eduardo Marques, a formulação de políticas públicas exige uma abordagem multidisciplinar, que considere fatores sociais, econômicos e administrativos para criar soluções que sejam tanto eficazes quanto inclusivas.

Os principais achados deste trabalho destacam que a IA possui um enorme potencial transformador, promovendo maior eficiência, transparência e inovação na administração pública. Exemplos incluem a automação de processos, a análise de dados para alocação de recursos e o planejamento estratégico com base em algoritmos preditivos. No entanto, a implementação eficaz da IA enfrenta desafios significativos, como infraestrutura tecnológica insuficiente, escassez de dados de qualidade, questões regulatórias e preocupações éticas, além da resistência cultural à adoção de tecnologias disruptivas.

A adoção da IA exige esforços coordenados para superar essas barreiras. É fundamental investir em infraestrutura tecnológica, capacitar profissionais e desenvolver um quadro regulatório robusto que assegure o uso ético e transparente da tecnologia. A criação de mecanismos claros de governança é igualmente essencial para garantir que a IA contribua positivamente para a administração pública, promovendo políticas públicas mais responsivas e alinhadas às necessidades da sociedade.

Do ponto de vista teórico, os resultados deste estudo contribuem para o crescente corpo de conhecimento sobre a aplicação da IA na gestão pública. Eles oferecem insights sobre como essa tecnologia pode ser integrada de maneira eficaz e ética, destacando sua capacidade de modernizar o setor público e melhorar a prestação de serviços. Praticamente, o estudo sugere que gestores públicos invistam em estratégias que combinem inovação tecnológica com uma visão inclusiva e democrática.

Ainda assim, algumas limitações foram identificadas. A dependência de dados secundários e a ausência de estudos aprofundados sobre variações regionais no Brasil podem afetar a generalização dos resultados. Recomenda-se que futuros trabalhos incluam abordagens mais quantitativas e estudos de caso específicos para validar os achados apresentados. Além disso, pesquisas que explorem a interação entre diferentes níveis de governo e a adoção de IA podem revelar dinâmicas importantes para uma implementação mais coesa.

Por fim, a adoção da IA, se implementada de maneira responsável e estratégica, pode ser uma alavanca poderosa para modernizar o setor público brasileiro. Essa transformação tem o potencial de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, fortalecer a transparência e a responsabilidade governamental e alinhar a inovação tecnológica aos princípios éticos e às necessidades sociais. As estratégias e os insights apresentados neste estudo podem servir como guia para que gestores e formuladores de políticas públicas integrem a IA de forma eficaz, assegurando que seu impacto seja positivo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

BARROS, A.; OLIVEIRA, M. Políticas de fomento e o papel da inteligência artificial na modernização do setor público. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARVALHO, J.; NETO, L. O impacto da inteligência artificial na gestão pública: desafios éticos e econômicos. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.21, n.4, p. 50-72, 2020. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

COSTA, P.; LIMA, R. Capacitação e infraestrutura como pilares da transformação digital no governo. *Revista de Políticas Públicas e Tecnologia*, São Paulo, v.19, n.3, p. 35-58, 2021. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, T. Regulamentação ética da inteligência artificial: desafios legais para o Brasil. *Revista Direito e Sociedade*, Brasília, v.28, n.6, p. 78-99, 2022. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

GOMES, F.; LIMA, J. Colaborações internacionais no desenvolvimento de IA no setor público: um estudo de benchmarking. *Revista Brasileira de Gestão Pública*, Brasília, v.16, n.2, p. 89-110, 2022. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

MENDES, C.; FERREIRA, L. Ética e privacidade na inteligência artificial: implicações para a administração pública. *Revista Gestão e Tecnologia no Setor Público*, Belo Horizonte, v.27, n.5, p. 65-87, 2019. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARQUES, Eduardo. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

SILVA, A.; COSTA, R. Implementação de sistemas inteligentes no setor público: lições aprendidas e desafios futuros. *Revista de Tecnologia e Governança*, Salvador, v.20, n.4, p. 102-123, 2020. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, M.; ROCHA, F. A revolução da inteligência artificial na gestão pública: um panorama brasileiro. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-21, 2024. Disponível em: [Link do Artigo]. Acesso em: 15 nov. 2024.